

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.091, DE 2002 (MENSAGEM Nº 298/2002) (TVR nº 2031/2002)

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Riopardense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autora: Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática

Relator: Deputado Dr. ANTONIO CRUZ

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em epígrafe pretende aprovar o ato constante da Portaria nº 363, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Sistema Riopardense de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.

O ato de autorização foi submetido à apreciação do Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 298/2002 (TVR nº 2031/2002).

Cabe a este órgão técnico o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição sob exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A outorga de permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora compete ao Poder Executivo, nos termos do *caput* do art. 223 da Constituição, sendo da competência do Congresso Nacional sua apreciação (CF, art. 223, § 1º).

A regularidade do processo de permissão feito no âmbito do Poder Executivo foi objeto de exame da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que se pronunciou pela sua homologação, elaborando o respectivo projeto de decreto legislativo.

Quanto à juridicidade da proposição sob exame, nada há a objetar, uma vez que são respeitados os princípios gerais do Direito e a sistemática do direito positivo brasileiro.

A técnica legislativa do projeto observa as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001, relativamente à elaboração das leis.

Em tais condições, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.091, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado DR. ANTONIO CRUZ
Relator